

COLEGIADA

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO

0.553.650/07-5



28 09 07

**Itauseg Participações S.A.**

CNPJ Nº 07.256.507/0001-50

Companhia Aberta

NIRE 35300325273

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
SUBORDINADA, EM DUAS SÉRIES, DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Conceição, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.256.507/0001-50, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da segunda emissão de debêntures da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Duas Séries, da Itauseg Participações S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), o qual será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização deliberada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2007 ("RCA"), nos termos do §1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "Lei das Sociedades por Ações").

**Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação**

A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Jornal O Dia SP", de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

JUCESP

DEBENTURES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fis. 2

## 2.2. Inscrição da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive, mas não se limitando, à Instrução CVM n.º 400, de 31 de dezembro de 2003 (conforme alterada, "Instrução CVM n.º 400/03").

## 2.4. Registro para Distribuição no Mercado Primário

As Debêntures serão registradas para distribuição, no mercado primário, (i) no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada pela CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("BOVESPA"), submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

## 2.5. Registro para Negociação no Mercado Secundário

As Debêntures terão registro para negociação, no mercado secundário, (i) no SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a negociação liquidada pela CETIP; e (ii) no BOVESPA FIX, sendo os negócios liquidados na CBLC segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e/ou da CBLC, conforme o caso.

## 2.6. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A oferta pública de distribuição das Debêntures ("Oferta") será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do artigo 20 e seguintes do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 3

### **Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Séries**

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

#### **3.2. Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme definida no item 4.2. abaixo), será de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude de eventual distribuição de Debêntures objeto de Quantidade Adicional (conforme definido no item 4.1.5 abaixo) e/ou Lote Suplementar (conforme definido no item 4.1.5 abaixo).

#### **3.3. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, sendo que o número de Debêntures a ser alocado na primeira série (“Debêntures da 1ª Série”) e o número de Debêntures a ser alocado na segunda série (“Debêntures da 2ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures a ser apurada em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido) e observado que a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* em virtude de eventual distribuição de Debêntures objeto de Quantidade Adicional e/ou Lote Suplementar.

#### **3.4. Destinação de Recursos**

3.4.1. Os recursos captados por meio da integralização das Debêntures serão destinados para o pagamento parcial do valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer outras despesas relacionadas à 1ª emissão de debêntures da Emissora (“1ª Emissão”), conforme o sucesso da Oferta.

3.4.2. Caso haja a colocação de eventual Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional, os recursos captados serão suficientes e destinados para o pagamento integral do saldo do valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer outras despesas relacionadas à 1ª Emissão.

3.4.3. A 1ª Emissão contemplou um valor total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) e foi realizada com prazo de vencimento de 2 anos contados da sua data de emissão, qual seja 1º de novembro de 2005, sendo sujeita a juros remuneratórios, a partir da data de emissão, calculados sobre o valor nominal unitário, equivalentes a 101,75% da Taxa DI. Os recursos captados por meio da 1ª Emissão foram destinados para a aquisição de 92.073.121 ações ordinárias de emissão da Itaú Seguros S.A., detidas, à época, pelo Banco Itaú S.A.

ITIP

ITIP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fis. 4

3.4.4. Na hipótese (i) da não integralização da totalidade das Debêntures, ou (ii) de não exercício da opção de Lote Suplementar e Quantidade Adicional, ou (iii) dos recursos adicionais captados por meio da integralização de Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional não serem suficientes para o pagamento integral do saldo do valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer outras despesas relacionadas à 1ª Emissão, a Emissora pagará (a) integralmente o valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer outras despesas relacionadas à 1ª Emissão, ou (b) o saldo do valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer outras despesas relacionadas à 1ª Emissão, mediante a captação de recursos no mercado financeiro ou de capitais.

### 3.5. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de debêntures da Emissora.

### 3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da Emissão será o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 (“Banco Mandatário”).

## Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do sistema do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, e do BOVESPA FIX da BOVESPA, mediante observância do plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo (“Plano de Distribuição”).

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público em geral, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos para subscrição e integralização de Debêntures. As instituições intermediárias responsáveis pela Oferta (“Coordenadores”), com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* pelos Coordenadores (“Procedimento de *Bookbuilding*”).



4.1.3. Os Coordenadores realizarão a colocação pública das Debêntures de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente exemplar do prospecto preliminar e/ou definitivo da Oferta ("Prospecto") para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

4.1.4. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM e da publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início") e o prazo máximo de colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação").

4.1.5. De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, à critério da instituição intermediária líder da Emissão, e desde que com a anuência expressa da Emissora, equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Lote Suplementar") e (ii) poderá ser aumentada, à exclusivo critério da Emissora, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Quantidade Adicional"). Quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão.

4.1.6. A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Companhia. A manutenção e conclusão da Oferta, portanto, não está condicionada à subscrição e integralização de qualquer quantidade mínima de Debêntures, não sendo os Coordenadores responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures que não sejam subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (a) da totalidade das Debêntures ofertadas ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM n.º 400/03. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nos subitens (a) ou (b) acima, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão dos Coordenadores os montantes utilizados na integralização de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias contados do final do Prazo de Colocação, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Companhia aos referidos investidores.

JUCESP

25/09/07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 6

4.1.7. Ao término da distribuição, o resultado da mesma será divulgado por meio de publicação de anúncio de encerramento, a ser publicado no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no “Jornal O Dia SP”.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de outubro de 2007 (“Data de Emissão”).

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

#### **4.4. Forma e Conversibilidade**

4.4.1. As Debêntures serão da forma escritural, não conversíveis em ações da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Banco Mandatário. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

#### **4.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie subordinada.

#### **4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida no item 4.9. abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

#### **4.7. Prazo e Vencimento**

As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2010. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2012 (cada data de vencimento das Debêntures, a “Data de Vencimento”).

JUCEP

S.A.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 7

#### 4.8. Amortização

Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento.

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. A remuneração das Debêntures ("Remuneração") contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado e estabelecidos com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *Extra Grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido para cada uma das séries em Procedimento de *Bookbuilding* e ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido no item 4.9.3. abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

- J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário para o primeiro Período de Capitalização ou Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

de Taxas DI, sendo "n<sub>DI</sub>" um número inteiro;

ITIP

SAOP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 8

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

$k$  = 1, 2, ..., n

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

*FatorSpread* = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{n}} \right]^{\frac{252}{DT}} \right\}$$

*spread* = a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 2ª Série;

$N$  = 252;

$n$  = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

$DT$  = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro; e

$DP$  = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### Observações:

1ª) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

2ª) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3ª) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.







4ª) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A Remuneração será devida semestralmente até a Data de Vencimento. Para as Debêntures da 1ª Série a Remuneração será devida nas seguintes datas: 1º de abril de 2008, 1º de outubro de 2008, 1º de abril de 2009, 1º de outubro de 2009, 1º de abril de 2010 e 1º de outubro de 2010. Para as Debêntures da 2ª Série a Remuneração será devida nas seguintes datas: 1º de abril de 2008, 1º de outubro de 2008, 1º de abril de 2009, 1º de outubro de 2009, 1º de abril de 2010, 1º de outubro de 2010, 1º de abril de 2011, 1º de outubro de 2011, 1º de abril de 2012 e 1º de outubro de 2012 (cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro período de capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração do respectivo período ("Período de Capitalização").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.5.1. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o cálculo de quaisquer obrigações relativas às Debêntures será realizado mediante a aplicação da taxa Selic, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando divulgação posterior da Taxa DI.

4.9.5.2. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa Selic às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo em que a taxa Selic não tenha sido divulgada ou (ii) do primeiro dia em que a taxa Selic não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberar, em comum acordo com a

JUCEP

DEBENTURES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A. Fls. 10

Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, será utilizada, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última taxa Selic divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.5.3. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada série em circulação, a Emissora deverá optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas acima referida, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Neste caso, a Emissora utilizará, para cálculo da Remuneração das Debêntures, a última taxa Selic disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, o cálculo da Remuneração das Debêntures será realizado com base em parâmetro de remuneração escolhido pelos titulares de Debêntures da respectiva série. Caso esse parâmetro de remuneração seja referenciado em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, deverá ser ajustado de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

#### 4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.



JUCEP

26 09 07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 11

#### 4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, colocadas novamente no mercado ou permanecer em tesouraria da Emissora.

#### 4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses e de acordo com os procedimentos descritos abaixo:

- (a) decretação de falência ou procedimento similar da Emissora;
- (b) pedido de auto-falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou procedimento similar formulado pela Emissora;
- (c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, não sanada em 2 (dois) dias contados da data do recebimento do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (e) protesto legítimo e reiterado de títulos no valor individual ou agregado de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Emissora, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora;



ITAU

SEG

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A. Fig. 12

- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou da Itaú Seguros S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Itauseg, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.557.039/0001-07 (“Itaú Seguros”), decorrente de inadimplemento contratual, cujo valor individual ou agregado seja de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (g) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (h) caso o Banco Itaú Holding Financeira S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.872.504/0001-23 (“Itaú Holding”), deixe de ser a controladora, direta ou indireta, da Emissora;
- (i) caso a Itaú Seguros deixe de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora;
- (j) caso a Emissora esteja inadimplente com relação às suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, o pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) extinção ou dissolução da Emissora;
- (l) perda ou cassação, por qualquer motivo, da autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP à Itaú Seguros para atuar no mercado brasileiro de seguros; e
- (m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12.1.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c) e (k) do item 4.12.1 acima, a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo qualquer dos demais eventos previstos nas alíneas do item 4.12.1. acima, a data em que se realizar as Assembléias Gerais de Debenturistas de cada uma das séries de que trata o item 4.12.2. abaixo se tais Assembléias Gerais aprovarem o vencimento antecipado das Debêntures.



4.12.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 4.12.1. acima, com exceção dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c) e (k) do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento ou do encerramento do período de cura, conforme o caso, Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e (ii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora em até 2 (dois) dias contados da Data de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo.

4.12.4.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.12.4. serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12.5. Os valores indicados neste item 4.12. serão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, *pro rata die* se necessário.

#### 4.13. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado, pela Emissora, das Debêntures em circulação.



#### 4.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, além da Remuneração, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (hum por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

#### 4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e pela CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e à CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

#### 4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Jornal O Dia SP", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação da CVM.

ITASEG

PARTECIPAÇÕES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITASEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fis. 15

#### 4.19. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos devidos nos termos desta Escritura de Emissão eventuais encargos devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como declaração atestando o cumprimento das obrigações da Emissora disposta na presente Escritura de Emissão;

(ii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;

(iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, conforme alterada, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;

(iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;

(v) avisos aos titulares de Debêntures, editais de convocação de Assembléias, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93, conforme alterada, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

JUCEP

06 09 07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 16

- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento; e
- (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender os titulares de Debêntures de forma eficiente ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;





JUCESP

SEMPRE

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 17

- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- (m) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (n) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);
- (o) contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Moody's, Fitch ou Standard & Poors; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembléia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta; e

JUCEP

SENA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 18

- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1.(p) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma do item 5.1.(p) desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

JUCESP

25 09 07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 19

### Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (conforme alterada, "Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) ("Remuneração do Agente Fiduciário"), a serem pagas nos termos do item 6.4.1. abaixo.

6.4.1. A primeira parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário será paga pela Emissora no 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Oferta pela CVM e as parcelas subsequentes deverão ser pagas anualmente pela Emissora, na data correspondente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, sendo que o valor da última parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário deverá ser calculado pro rata die até a Data de Vencimento. Em caso de mora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma estabelecida no item 4.14. desta Escritura de Emissão.

6.4.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança referente à Remuneração do Agente Fiduciário à Emissora com antecedência mínima de 20 (vinte) dias contados da data do respectivo pagamento. Na hipótese da Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima referido, eventuais débitos em atraso não estarão sujeitos a quaisquer multas e/ou juros de mora, inclusive aqueles previstos no item 4.14. desta Escritura de Emissão.

6.4.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, a Remuneração do Agente Fiduciário será calculada pro rata temporis referente ao período da efetiva prestação dos serviços, devendo o Agente Fiduciário restituir à Emissora eventual diferença entre o valor da Remuneração do Agente Fiduciário recebida e aquela calculada nos termos deste item 6.4.3.

6.4.4. A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) Imposto sobre Serviços e Qualquer Natureza – ISS, (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, devendo ser aplicadas as alíquotas vigentes em cada data de pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário será responsável por discriminar os tributos e respectivos valores incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário na ocasião da apresentação do respectivo aviso de cobrança.

6.4.5. A Remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente na data de aniversário da concessão do registro da Oferta pela CVM, com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.





6.4.6. Não estão incluídas na Remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures.

6.4.7. A remuneração prevista no item 6.4. acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

JUCESP

25.04.07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 22

- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (vii) resgates, amortizações, repactuação e/ou pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - e
  - (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:



JUCESP

26 09 07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 23

- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na BOVESPA e na CETIP; e
  - (v) na sede da instituição financeira responsável pela coordenação da colocação pública das Debêntures.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à BOVESPA e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à BOVESPA e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (r) certificar-se que a Emissora mantenha anualmente atualizado e, amplamente divulgado, o relatório de avaliação de *rating*, nos termos do item 5.1.(o) acima, encaminhando as atualizações do referido relatório de avaliação à ANBID no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua veiculação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12., o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:



P



JUCESP

05.09.07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fis. 24

- (a) com a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (c) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou procedimento similar.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima caso a Assembléia Geral de Debenturistas realizada nos termos do item 4.12.2. acima, com a aprovação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, assim o autorizar.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio agente fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.



JUCESP

SEQUE

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES Fls. 25  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação da série a que se referir a deliberação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação da série a que se referir a deliberação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas pela maioria dos titulares de Debêntures presentes, observada a série se referir a deliberação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.



JUCEP

DEBENTURES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fis. 26

7.5.1. As deliberações referentes (i) às disposições previstas no item 4.9.5.3 e (ii) à declaração de vencimento antecipado das Debêntures serão tomadas por voto de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da série a que se referir a deliberação.

7.5.2. As deliberações (i) referentes à alteração no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e (ii) referentes às alterações nas condições da Remuneração e na Data de Vencimento serão tomadas por voto de titulares de Debêntures que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da série que se referir a deliberação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão excluídas do número de Debêntures aquelas pertencentes à Emissora ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas, bem como respectivos diretores ou conselheiros.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando ao disposto nesta Cláusula Sétima, quaisquer modificações nas condições das Debêntures objeto da presente Escritura de Emissão dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação da série a que se referir a deliberação.

#### **Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



JUCESP

SECRETARIA DE ECONOMIA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fls. 27

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora datadas de 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, assim como as Informações Trimestrais relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2007 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;






JUCESP

28.09.07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A. Fls. 28

- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes e corretas;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, executável de acordo com os seus termos e condições.

#### **Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

##### **Para a Emissora:**



##### **Itauseg Participações S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100  
Torre Eudoro Villela, Piso Zero  
04344-902 – São Paulo/SP  
At.: Sr. Rodolfo Henrique Fischer  
Tel.: (11) 5029-3780  
Fax: (11) 5029-2189  
E-mail: rhf-drinvest@itau.com.br

##### **Para o Agente Fiduciário:**

##### **Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar  
20050-005 – Rio de Janeiro/RJ  
At.: Srs. Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira  
Tel.: (21) 2507-1949  
Fax: (21) 2507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br





JUL 2007

20 04 07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES  
DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

Fis. 29

**Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:**

**Banco Itaú S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707  
São Paulo – SP  
At.: Sr. José Nilson Cordeiro  
Tel.: (11) 5029-1317  
Fax: (11) 5029-1917  
E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



**Cláusula Onze – DO FORO**

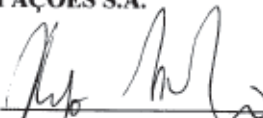
Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo (SP), 17 de setembro de 2007.

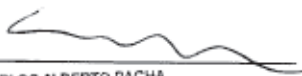
**ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: **OSVALDO DO NASCIMENTO**  
Cargo: **Diretor Gerente**

  
Nome: **RODOLFO HENRIQUE FISCHER**  
Cargo: **Diretor Gerente**


**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Nome: **MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA**  
Cargo: **Sócio Administrador**

  
Nome: **CARLOS ALBERTO BACHA**  
Cargo: **Procurador**

**Testemunhas:**

  
Nome: **CARLOS ROBERTO ZANELATO**  
CPF: **RG/SP 5.143.180  
CPF 636.101.908-88**

  
Nome: **João do Espírito Santo da Silva Junior**  
CPF: **011-602.298-13**

